

Dinheiro do Fundef acirra disputa por alunos entre estados e municípios

Marina Oliveira
de Brasília

Especial para GZMDF

(Continuação da Primeira Página)

Em seu município o salário chegou a triplicar no último ano e o número de matrículas na rede municipal cresceu em 1.050 alunos. "Ganhamos credibilidade com a população porque o ensino melhorou", garante.

Esse crescimento não está restrito ao Nordeste, no entanto. Do Censo Escolar de 1997 para o de 1998 foi registrada um aumento das matrículas da rede municipal muito superior à diminuição do número de alunos de primeira à oitava série frequentando colégios estaduais. Isso significa dizer que os municípios não só tomaram alunos dos estados, como ampliaram a oferta de vagas.

A solução encontrada por Tereza Cristina e por outros secretários municipais para driblar o boicote de informações das secretarias estaduais de educação foi procurar apoio técnico em escritórios particulares que oferecem consultoria, especialmente na área de legislação, orçamento e finanças. Mas os custos são muito altos. Para elaborar o novo Plano de Carreira de São Tomé, por exemplo, a secretária contratou uma empresa privada de Natal que acompanhou as discussões do plano verificando se estava tudo dentro dos novos parâmetros legais e contábeis, estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e pela própria emenda constitucional que

criou o Fundef. Pelos serviços prestados o escritório cobrou R\$ 700, um valor alto considerando que o salário de um professor com magistério, depois de todos os aumentos do Fundef, ainda é de R\$ 206.

A prestação de assistência técnica é a peça central das relações entre estados e municípios atualmente. Isso porque apesar do crescimento da rede, e conseqüentemente dos recursos do Fundef repassados para os municípios, persiste uma carência generalizada de profissionais no nível local com conhecimento técnico suficiente para assessorar as secretarias. Para se ter uma idéia da situação, no município de Lagoa Nova, dos 25 funcionários da Secretaria de Educação, somente três têm nível superior. Enquanto dos 140 professores do município nenhum concluiu o terceiro grau e somente 10 estão estudando para isso.

Entretanto, alguns estados do Nordeste começam a dar sinais de avanço na montagem de um regime de colaboração entre estados e municípios, substituindo uma competição pura e simples por matrículas. Dos nove estados da região, seis estão montando uma assessoria especial para auxiliar os municípios na confecção de um novo plano de carreira, além de tirar dúvidas com relação ao Fundef, entre outras coisas. O grande perigo desta iniciativa é que o estado acabe por tomar as rédeas e dirigir os acontecimentos nos municípios.